



ACÓRDÃO Nº 216/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10804/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Japurá.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Sr. Raimundo dos Santos Fonseca - Ordenador de Despesa.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7056/2016-DMP, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fl.614).
- 8- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Japurá. Exercício de 2014.

Irregularidade. Alcance. Multa. Determinação. Recomendação. Ciência.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar irregular** com fulcro nas disposições do art. 188, parágrafo 1º, III, da Resolução n. 04/02-TCE/AM, as Contas do **Sr. Raimundo dos Santos Fonseca**, responsável pela Câmara Municipal de Japurá, durante o exercício de 2014, em razão das irregularidades a seguir descritas:
 - 9.1.1. Processo administrativo que diz respeito à Carta Contrato n.º 01/2014 sem a correta numeração das páginas;
 - 9.1.2. Impropriedades detectadas no Pregão Presencial n.º 001/2014 (material para manutenção da Câmara), de acordo com a letra “b” desta proposta de voto;
 - 9.1.3. Ausência de parecer, para aquisição de material de informática para atender a necessidade da Câmara Municipal;
 - 9.1.4. Ausência do ato de criação do Controle Interno;
 - 9.1.5. Sistema de controle de registro do patrimônio utilizado pela Câmara Municipal de Japurá não está atualizado;
 - 9.1.6. Descumprimento à lei de acesso à informação (Lei n.



ACÓRDÃO Nº 216/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

12.527/2011);

9.1.7. Ausência de comprovação das diárias concedidas no valor de R\$ 109.220,00 (cento e nove mil, duzentos e vinte reais);

9.2. Considerar em Alcance o Sr. Raimundo dos Santos Fonseca no valor de R\$ 109.220,00 (cento e nove mil e duzentos e vinte reais) que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Japurá em virtude da despesa não comprovada com diárias, com base na letra “g” do tópico dos fundamentos. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.

9.3. Aplicar Multa ao Sr. Raimundo dos Santos Fonseca no valor de R\$ 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ em virtude das impropriedades discutidas na fundamentação de letras: a, b, c, d, e, f. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.

9.4. Determinar à Câmara Municipal de Japurá que:
a) nos próximos certames, obedeça todas as formalidades determinadas pelos arts. 4º e 38, da Lei n.º 8.666/93;
b) na aquisição de material de informática seja obedecido o que está disposto no parágrafo púnico do art. 1º, da Resolução n.º 04/2006-CEPINF;
c) proceda o correto controle do registro de seus bens, conforme o que está disposto no art. 94, da Lei n.º 4.320/64;
d) realize a correta alimentação do Portal da Transparência, com as informações pertinentes à gestão da Câmara Municipal de Japurá, em conformidade com a Lei n.º 12.527/2011;

9.5. Recomendar à Câmara Municipal de Japurá a realização de concurso público para o cargo de contador e encaminhe as demais recomendações propostas pelo órgão técnico;

9.6. Determinar desde já, a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento dos valores da condenação por parte do Sr. Raimundo dos Santos Fonseca, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n.º 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução n.º 04/02-TCE/AM;

9.7. Dar ciência ao responsável, Sr. Raimundo dos Santos Fonseca, acerca do desfecho dado a estes autos para que recolha, no prazo



ACÓRDÃO Nº 216/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

fixado, as sanções pecuniárias impostas. Assim como à Câmara Municipal de Guajará, a respeito das deliberações do julgamento.

10- Ata: 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 14 de Março de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MARIO JOSE DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral